

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 17 de janeiro de 2025 às 07h55
Seleção de Notícias

Band.com.br | BR

Marco regulatório | INPI

Entenda para que serve o selo de Indicação Geográfica em um produto agrícola 4

Metrópoles Online | DF

Pirataria

Mercado ilegal cresce e cria desafios ao avanço econômico do Brasil 5

Migalhas | BR

ABPI

Cybersquatting e arbitragem: Soluções para conflitos de domínios 7

Marco regulatório | INPI

Desembargador barra uso da marca "Cartesius" por semelhança com "Cartesia" 9

MIGALHAS

Marco regulatório | INPI

Como registrar seu slogan como marca? 11

O Globo | BR

17 de janeiro de 2025 | Direitos Autorais

UE vê ameaça ao jornalismo em teste do Google 13

ECONOMIA

Folha de S. Paulo | BR

17 de janeiro de 2025 | Direitos Autorais

Mônica Bergamo 15

MÔNICA BERGAMO

G1 - Globo | BR

Direitos Autorais

Advogado diz que não vai mais representar Meta: 'Machismo tóxico e loucura neo-nazista' 18

O Globo Online | BR

Patentes

Ozempic: laboratório é criticado por Paes após nota sobre quebra de patente 20

JOÃO VITOR COSTA

Gazeta do Povo - Online | PR

O acordo Mercosul e União Europeia e a propriedade intelectual	21
OPINIÃO	

Entenda para que serve o selo de Indicação Geográfica em um produto agrícola



A região de Prudente é a maior produtora do estado e abastece o mercado interno, Mercosul e Europa. A batata-doce produzida na região de Presidente Prudente, no interior de São Paulo, vai ganhar o selo de **Indicação Geográfica** (IG). A regularidade da solicitação foi publicada no Diário Oficial do Estado na última semana de dezembro e agora depende do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), vinculado ao governo federal.

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o selo foi concedido após a análise da documentação enviada pela Associação dos Produtores de Batata-Doce de Presidente Prudente, e todos os requisitos exigidos para o registro da IG foram atendidos. "Precisamos incentivar a vocação de cada região do estado e a **Indicação Geográfica** é o instrumento que certifica a origem do produto agropecuário", afirma o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Guilherme Piai. "A região de Presidente Prudente, nosso maior polo produtor de batata-doce do estado, está conquistando esse reconhecimento por sua história com essa cultura agrícola fundamental para São Paulo e para o Brasil", complementou.

Com cerca de 182 mil toneladas de batata-doce em uma área com mais de 10 mil hectares, São Paulo é o

maior produtor do alimento no país, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA-Apta). A região de Presidente Prudente é a principal produtora. São cerca de 180 produtores em cidades como Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Caiabu, Martinópolis, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes e Santo Expedito, e a produção abastece todo o país, além de exportar para o Mercosul e Europa.

A **Indicação Geográfica** é um ativo de **propriedade intelectual** definido na Lei de Propriedade Industrial 9.279, de 14 de maio de 1996. O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), responsável pela certificação oficial do selo, calcula que a concessão da IG aumenta o valor do produto, em média, entre 20% a 50%.

Mercado ilegal cresce e cria desafios ao avanço econômico do Brasil



De combustível a bebidas, criminosos diversificam e ampliam atuação no país; evento do Metrôpoles discute o assunto com especialistas

O mercado ilegal é um fenômeno que cresce a cada dia no Brasil e no mundo.

Capitaneados pelo crime organizado, práticas como **falsificação** e contrabando têm gerado graves prejuízos a diversos setores da economia e impactam, diretamente, a criação de postos de trabalho, o desenvolvimento de indústrias, além da competitividade entre empresas nacionais.

Para aumentar a capilaridade operacional e financeira no território brasileiro, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho e o Comando Norte avançam sobre setores da economia tradicional, como bebidas, cigarros, gás, TV por assinatura e combustíveis.

Segundo o Instituto Combustível Legal (ICL), essas organizações já teriam o controle de, aproximadamente, 1.100 postos no Brasil e cinco usinas de etanol, além de atuar também na distribuição dos produtos.

A opção, inclusive, é estratégica, já que a arrecadação de impostos estaduais neste ramo movimentaria mais de R\$ 20 bilhões só com a venda de gasolina, etanol e diesel.

De acordo com o Anuário da Associação Brasileira de Combate à **Falsificação**, somente em 2023 o país perdeu R\$ 414 bilhões por causa da **pirataria**, da **falsificação** e da sonegação fiscal. Esse número representa um salto de 20% em relação ao ano anterior.

Vinte setores são os mais prejudicados e respondem por dois terços desse prejuízo. O maior é o de combustíveis, seguido de bebidas, defensivos agrícolas, vestuário, perfumaria, higiene e limpeza, autopeças e TV por assinatura.

Para debater o assunto, o portal Metrôpoles realiza, em 12 de fevereiro, às 10h, o talk com alguns dos principais especialistas no assunto.

O talk será realizado no Mezanino, na Torre de TV, região central de Brasília. Para acompanhar pessoalmente, inscreva-se por aqui. Mas também será possível acompanhar o evento de forma virtual:

Economia e crime organizado no país

O evento será composto por dois painéis. No primeiro, especialistas irão abordar como o crime organizado tem ganhado capilaridade e operado em diferentes setores, gerando uma série de desafios econômicos ao país.

Para debate o tema, os convidados são: Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal; Rodolpho Ramazzini, diretor da Associação Brasileira de Combate à **Falsificação**; e Renato Lima, presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Já no segundo painel, estarão em foco os novos for-

Continuação: Mercado ilegal cresce e cria desafios ao avanço econômico do Brasil

matos utilizados pelo crime organizado para operar, além das causas e possíveis soluções para sua infiltração em diferentes setores do país.

Os painelistas serão: Jorge Pontes, ex-delegado da Polícia Federal e ex-coordenador da Interpol no Brasil; José Roberto Savoia, professor de Economia e Administração da Universidade de São Paulo; e Márcio André Brito, presidente do Inmetro.

Lembrando que você poderá acompanhar o evento pessoalmente se inscrevendo por aqui. Até lá!

Cybersquatting e arbitragem: Soluções para conflitos de domínios



SACI-Adm se torna a principal ferramenta contra o cybersquatting no país, combatendo o comércio de domínios que violam a propriedade intelectual.

Cybersquatting e **arbitragem**: Soluções para conflitos de domínios João Pedro Dias Vidal e Bibiana Biscaia Virtuoso SACI-Adm se torna a principal ferramenta contra o cybersquatting no país, combatendo o comércio de domínios que violam a propriedade intelectual. quinta-feira, 16 de janeiro de 2025 Atualizado às 14:31 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O mercado de domínios de **internet** está entre os ativos mais valiosos e disputados do universo digital. Em 2015, um marco desse cenário foi a venda do domínio "we.com", arrematado por um banco chinês por impressionantes 8 milhões de dólares. O vendedor, Alf Temm, já era conhecido no meio, tendo enfrentado processos judiciais como o movido pela Microsoft por usar domínios enganosos, como "www.ho0tmail.com."1

Mas nem todas as disputas sobre domínios terminam em cifras milionárias. No Brasil, um caso em-
abpi.empauta.com

blemático envolveu o Mercado Livre, que buscava adquirir o domínio "meliflex.com.br", utilizado por uma empresa que se recusava a vendê-lo2. Diante do impasse, a solução foi recorrer ao SACI-Adm - Sistema Administrativo de Conflitos de **Internet**, uma ferramenta que permite resolver disputas por meio de **arbitragem**.

A questão que muitos se fazem é se os domínios seguem o princípio do "first to file" - ou seja, quem registra primeiro tem o direito garantido. No Brasil, a resposta não é tão simples e depende de um emaranhado de regras, contratos e compromissos assumidos no momento do registro. O contrato de adesão do Registro.br estabelece limites claros para o registro de domínios. A cláusula 12 determina que eventuais disputas devem ser resolvidas por meio do SACI-Adm, enquanto a cláusula 4 proíbe registros que violem a legislação, induzam terceiros ao erro, desrespeitem direitos de terceiros ou contenham expressões ofensivas ou abusivas.

O regulamento do SACI-Adm também define situações que configuram má-fé, como o uso de domínios que gerem confusão com marcas registradas ou notoriamente conhecidas, ou que sejam destinados à venda especulativa.

No ambiente digital, a proteção de marcas ultrapassa o registro no **INPI** - Instituto Nacional da **Propriedade** Industrial. Tribunais brasileiros têm afirmado que domínios semelhantes a marcas registradas podem ser contestados quando geram confusão ao consumidor, desviam clientela, configuram aproveitamento parasitário ou evidenciam má-fé e **pirataria** digital.

Uma decisão do STJ no julgamento do REsp 1.466.212/SP3 reforçou que nomes de domínio são protegidos como signos distintivos pela CF/88, mas essa proteção não é automática. Deve-se comprovar

Continuação: Cybersquatting e arbitragem: Soluções para conflitos de domínios

os prejuízos ou a má-fé.

1 <https://www.infomoney.com.br/mercados/os-dominios-de-internet-mais-caros-de-todos-os-tempos/>

2 <https://ftp.registro.br/pub/saci-adm/20241106-abpi-nd202446.pdf>

3 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunica->

cao/Noticias-antigas/2016/2016-12-13_08-04_Registro-de-marca-no-**INPI-nao-garante-exclusividade-de-uso-do-nome-em-site.aspx**

João Pedro Dias Vidal Pesquisador no grupo de estudos em **direitos** autorais e industriais da Universidade Federal do Paraná, (GEDAI- UFPR), membro d **WIPO** ADR YOUNG, **ABAPI** e CJA - CBMA. Bibiana Biscaia Virtuoso Advogada. Mestre em Direito (UFPR). Especialista em Direito Digital e Proteção de Dados. Sócia Fundadora da Sapiens **Propriedade** Intelectual

Desembargador barra uso da marca "Cartesius" por semelhança com "Cartesia"



Relator apontou risco de associação indevida entre as marcas.

Conflito de marcas Desembargador barra uso da marca "Cartesius" por semelhança com "Cartesia" Relator apontou risco de associação indevida entre as marcas. Da Redação quinta-feira, 16 de janeiro de 2025 Atualizado às 11:53 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O desembargador J.B. Paula Lima, da 1ª câmara Reservada de Direito Empresarial do TJS/P, manteve liminar que proibiu empresa de investimentos de utilizar a marca "Cartesius Capital" já utilizada por concorrente do setor.

Para o relator, há risco evidente de confusão entre as marcas devido à semelhança e ao segmento de atuação das empresas.

Desembargador confirma risco de confusão entre marcas e mantém liminar.(Imagem: Arte Migalhas)

O conflito

A Cartesia Capital, empresa especializada em fundos imobiliários, ajuizou ação contra a Cartesius Capital alegando uso indevido de marca semelhante, pela possibilidade de confusão no mercado financeiro.

A Cartesia sustentou que possui registros anteriores

da marca "Cartesia Capital" no **INPI**, realizados entre julho e agosto de 2021, e que a marca "Cartesius Capital" reproduz elementos visuais e conceituais de sua marca.

A empresa afirmou ainda que tentou solucionar o conflito de forma amigável desde a primeira notificação extrajudicial em dezembro de 2023, sem sucesso, o que a levou a buscar proteção judicial.

Em defesa, a Cartesius Capital alegou que atua com fundos multimercado baseados em inteligência artificial, enquanto a Cartesia investe apenas em fundos imobiliários, afastando risco de confusão.

Também afirmou não haver semelhança entre as marcas e que a Cartesia já aceitou a convivência com outras marcas de mesma raiz no **INPI**, tornando a ação contraditória.

Liminar mantida

Na decisão, o desembargador afirmou que a marca Cartesia Capital está vigente, ao contrário do que foi afirmado pela ré. Também destacou que a marca Cartesius Capital, da concorrente, foi indeferida pelo **INPI** por reproduzir a marca da autora.

"A marca mista "Cartesius Capital", depositada pela agravada, foi indeferida por aquela autarquia, por reprodução da marca mista "Cartesia", de propriedade da recorrente."

Sobre a alegada diferença entre os segmentos de atuação das empresas, o juiz ressaltou que ambas exercem atividades similares no mercado financeiro.

"A agravada tem como objeto social a administração e/ou gestão de fundos de investimento e carteiras de títulos e de valores mobiliários (fls. 58;442/465 dos mesmos autos), evidente, a princípio, o risco de con-

Continuação: Desembargador barra uso da marca "Cartesius" por semelhança com "Cartesia"

fusão ou associação indevida."

Por fim, o relator reconheceu a complexidade da alteração da identidade visual da Cartesius e concedeu um prazo de 30 dias para adequação.

Com isso, a decisão liminar foi mantida e o processo seguirá seu trâmite regular.

O escritório Denis Borges Barbosa Advogados atua pela autora.

Processo: 2375546-17.2024.8.26.0000

Leia a liminar.

Como registrar seu slogan como marca?



A nova interpretação dada pelo **INPI** à lei de **propriedade** industrial oferece novas e valiosas oportunidades para empresas que desejam reforçar a proteção de seus ativos intangíveis.

Como registrar seu slogan como marca? Sérgio Luiz Beggiano Junior A nova interpretação dada pelo **INPI** à lei de **propriedade** industrial oferece novas e valiosas oportunidades para empresas que desejam reforçar a proteção de seus ativos intangíveis. quinta-feira, 16 de janeiro de 2025 Atualizado às 10:46 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O final de 2024 trouxe uma importante novidade na área de **propriedade** intelectual, com reflexos para a proteção dos ativos intangíveis e para as estratégias de publicidade e marketing das organizações.

O **INPI** - **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial apresentou uma nova interpretação à lei de propriedade industrial, que proíbe o registro de "sinal ou expressão empregada apenas como meio de propaganda" (art. 124, inciso VII, da lei 9.279/96). Essa previsão legal era entendida como a proibição para que um slogan fosse registrado.

O Brasil, porém, era um dos únicos países do mundo (ao lado da Coreia do Sul) em que não era possível realizar o registro do slogan como marca, segundo levantamento do próprio **INPI**. Assim, de modo a alinhar o Brasil com as práticas de proteção globais de proteção da **propriedade** industrial e fortalecer o ambiente de negócios, o **INPI** passou a aceitar o registro de slogans.

O novo manual de marcas, publicado em 27/11/24, trouxe as novas diretrizes para que os pedidos de registro sejam aceitos. A partir dessa data, somente serão rejeitados os slogans que preencham duas condições simultaneamente: exerçam função de propaganda e não sejam capazes de exercer função distintiva.

Segundo o próprio **INPI**, uma marca exerce função de propaganda quando "recomenda os produtos ou serviços; objetiva divulgar qualidades do produto ou do serviço; visa transmitir missão, valores, ideias ou conceitos da empresa; visa persuadir o interlocutor com o intuito de levá-lo à ação; ou objetiva destacar o produto ou o serviço assinalado em relação à concorrência".

A função distintiva, por sua vez, é aquela que possibilita que determinada marca ou slogan seja associado na mente dos consumidores a determinado produto ou serviço. Dessa forma, não podem ser registrados como slogan expressões que sejam comuns em determinado segmento de mercado, ou aquelas sem originalidade. Também não serão registrados como marca os slogans que tragam frases meramente descritivas, promocionais ou elogiosas sobre o produto ou serviço, já que não são capazes de produzir distinção com os concorrentes.

O pedido do registro do slogan seguirá os mesmos trâmites dos demais pedidos de registro de marcas, de modo que é importante que o interessado realize consulta prévia para verificar se já existe pedido de registro semelhante, uma vez que a lei confere

Continuação: Como registrar seu slogan como marca?

prioridade a quem realizou o pedido em primeiro lugar.

É importante, neste momento, que empresas avaliem a pertinência de promover o registro de seus slogans, uma vez que se trata de uma medida para proteção do mais importante ativo de uma organização: a sua imagem perante o mercado. Além disso, a partir do momento em que um slogan é registrado, torna-se um

ativo que poderá ser negociado - representando uma nova fonte de recursos para uma empresa.

Sérgio Luiz Beggiato Junior Advogado no GMR Sociedade de Advogados. Mestrando em Administração (UFPR). Especialista em Direito Empresarial (FGV). Consultor em Governança, Risco e Compliance.

UE vê ameaça ao jornalismo em teste do Google

ECONOMIA

ANITA POUCHARD SERRA/BLOOMBERG/25-4-2022



Na França, a Associação Nacional dos Periódicos conseguiu impedir, temporariamente, o teste do Google

Em carta aberta, associações de editores pedem que a big tech americana pare de remover notícias das buscas em países europeus, em um projeto que consideram nocivo à sociedade diante do momento atual de manipulação da informação.

PARIS

Em carta aberta publicada ontem, os editores de jornais europeus fazem um apelo ao Google para pôr fim a um teste que visa remover dos resultados de suas buscas conteúdo jornalístico produzido pela imprensa.

Eles argumentam que, ainda que a big tech afirme que o objetivo seja medir a "atratividade" do conteúdo jornalístico, o teste é "inútil" e "desonesto". O grupo afirma ainda que a medida contraria os compromissos assumidos pelo Google junto à Autoridade Francesa de Concorrência em relação à implementação da legislação europeia de **direitos** autorais.

Assinam o documento a Associação Europeia de Mídia, a Associação Nacional dos Periódicos, a Associação Europeia de Editores de Jornais, a Federação Europeia de Jornalistas, a News Media Europe e a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF).

O diretor de Defesa e Assistência do RSF, Antoine Bernard, afirmou em nota que "o teste do Google é um ato de desdém para com os editores de imprensa, que estão simplesmente pedindo o que têm direito, de acordo com a lei francesa."

"O teste do Google tem uma consequência simples: tornar o conteúdo jornalístico invisível nos resultados dos motores de busca, com um impacto simbólico desastroso. Deve ser abandonado. Esta é uma condição sine qua non para a retomada das negociações com o objetivo de determinar uma remuneração justa pelo jornalismo nas plataformas digitais", completou Bernard.

Ele disse ainda que o RSF apoia os editores europeus e "participará voluntariamente dos procedimentos legais iniciados na França pelo Sindicato dos Editores de Periódicos Impressos (SEPM, na sigla em francês) contra o Google, para defender o direito dos cidadãos à informação."

DEMOCRACIAS EM RISCO

O documento afirma que "a supressão unilateral do conteúdo da imprensa pelos serviços do Google é um sinal de alerta para as democracias europeias e coloca em risco a sustentabilidade da informação Made in Europe." E argumenta que o teste promovido pela big tech americana, "supostamente voltado para medir a contribuição da imprensa para a atratividade da marca Google, representa uma ameaça séria à sustentabilidade financeira da imprensa livre europeia, ao jornalismo europeu e à saúde das democracias europeias."

O teste, afirma o texto, já está em andamento. Ele de-

Continuação: UE vê ameaça ao jornalismo em teste do Google

ve remover o conteúdo de jornais e periódicos dos resultados de busca nos serviços do Google em diversos países europeus por um período indeterminado. Isso, segundo o grupo que assina a carta, afetará aproximadamente 2,6 milhões de cidadãos da União Europeia (UE).

Eles lembram que o Google tem uma influência significativa, devido a seu "quase monopólio nas buscas", e é a principal porta de acesso a notícias para muitos cidadãos europeus. "Qualquer ação que reduza o alcance da imprensa aos leitores mina a capacidade dos editores de financiar suas equipes editoriais. Além disso, restringir o acesso dos cidadãos à informação afeta diretamente a qualidade do debate democrático em toda a Europa", afirma o texto.

O grupo considera que o teste está sendo realizado "de má-fé". O Google, diz o texto, "não tem sido transparente nem cooperativo, recusando-se a compartilhar detalhes sobre o teste ou garantir acesso aos seus resultados." Eles temem que haja manipulação nos resultados a fim de "desvalorizar o papel econômico da imprensa e sua real contribuição para o sucesso do Google."

O teste, diz o texto, parece "um claro ato de in-

timidação" em meio às negociações, na UE, sobre remuneração por conteúdo noticioso. E lembra que a Autoridade de Concorrência na França havia previsto o risco de retaliação por parte do Google. Por isso, o órgão proibiu a big tech de excluir conteúdo jornalístico. Isso permitiu que os editores de revistas franceses, por meio de sua associação, a SEPM, conseguissem a suspensão temporária do teste na França.

OBSTRUÇÃO À INFORMAÇÃO

Os signatários da carta afirmam que editores e jornalistas da UE apoiam a iniciativa da SEPM e acompanharão o caso na Justiça, "na esperança de que o resultado afirme a soberania da Europa sobre seu ecossistema de informação."

"Em um momento de interferência e manipulação generalizadas da informação e da opinião pública, uma empresa dominante como o Google deve assumir total responsabilidade por suas ações e cessar qualquer obstrução ao direito dos cidadãos de acessar informações jornalísticas", conclui o texto.

}

Mônica Bergamo

MÔNICA BERGAMO



GAROTA DE CINEMA

BAR DAS ALIÇÕES

Discursos contra uma suposta 'ditadura cultural' existente no Brasil, críticas a políticas de cotas e deboches ao novo secretário de Cultura de São Paulo, Totó Parente, marcaram o encontro realizado na quarta (15) em São Paulo pelo grupo Artistas Livres, liderado pelos cineastas "anti-woke" Josias Teófilo e Newton Cannito.

AFLIÇÕES 2 Apoiadores da reeleição de Ricardo Nunes (MDB) em 2024, eles agora se dizem decepcionados com sua gestão. O grupo pede mudanças nas chefias do Theatro Municipal e da Spcine, empresa de fomento ao audiovisual ligada à prefeitura, acusando as instituições de estarem dominadas pelo "identitarismo".

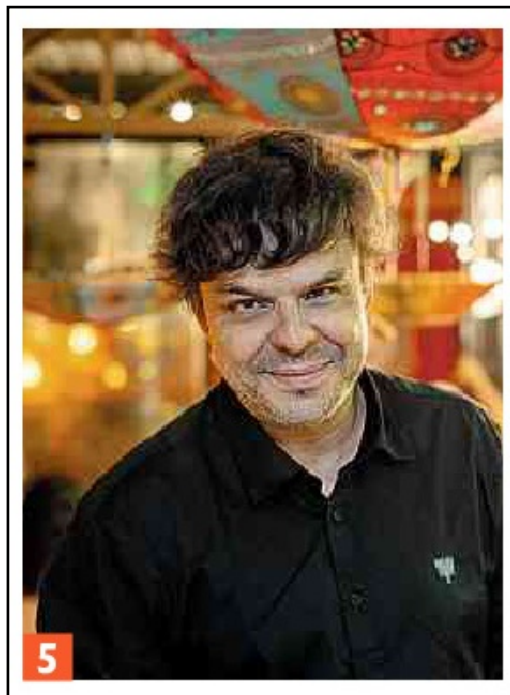
MEGAFONE Numa das mesas do bar na Pompéia em que a reunião foi sediada, um cartaz listava cidades que a presidente da Spcine, Lyara Oliveira, "turistou com o dinheiro dos impostos do contribuinte". Procurada, a Spcine nega as acusações e diz que "as viagens internacionais são realizadas em conformidade com a legislação e têm objetivo de desenvolver o audiovisual e atrair ainda mais negócios".

MEGAFONE 2 Em uma outra cartolina, o grupo pedia: "Deixe sua dica cultural para o secretário Totó Parente conhecer". Eles ironizavam o fato de o novo chefe da pasta não ter carreira na capital paulista - Totó é ligado ao MDB do Rio, foi vereador e candidato a prefeito em Cuiabá e presidente da Embratur.

viva-voz O vereador recém-eleito Adrilles Jorge (União) subiu ao palco para dizer que há uma "ditadura cultural" no país e que a "arte virou uma cota da esquerda". Ele e sua colega de Casa Janaina Paschoal (PP) querem criar a Frente Parlamentar Artistas Livres.



Continuação: Mônica Bergamo



PRATOS O último encontro do movimento foi realizado no ano passado em uma casa no Jardim Europa. Comidas e bebidas foram oferecidas. Desta vez, o acesso foi com comanda individual, no esquema cada um paga o seu (veja fotos da reunião ao lado).

A MESA O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, se encontrou na quinta (16) com os médicos Júlio César Acosta Navarro e Silvia Mônica Cárdenas Prado, pais do estudante de medicina Marco Aurélio Cárdenas Acosta, 22, morto por um policial militar em novembro.

A MESA 2 A reunião foi marcada a pedido dos parentes da vítima. Em uma entrevista coletiva na casa da família, Júlio César e Silvia criticaram o governador Tarcísio de Freitas pelo que consideravam uma falta de controle da Polícia Militar.

GAROTA DE CINEMA

A atriz Thati Lopes estreia no próximo dia 30 "Viva a Vida", longa em que interpreta Jessica, jovem desiludida com os relacionamentos amorosos. "É um filme que fala de forma sincera sobre recomeços, des-

cobertas e as surpresas da vida", diz Vinicius Mochizuki/Divulgação

BOCA ABERTA

Os cineastas Josias Teófilo e Newton Cannito receberam convidados em jantar organizado por eles em um bar em São Paulo, na quarta (15). A noite foi marcada por discursos contra a política cultural do prefeito Ricardo Nunes (MDB). O ator Felipe Folgosi e os vereadores Janaina Paschoal (PP) e Adrilles Jorge (União) estiveram lá - Fotos Ronny Santos/Folhapress

COFRINHO O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania empenhou R\$ 13 milhões referentes às indenizações envolvendo o caso da chacina de Acari, ocorrida em julho de 1990 no Rio de Janeiro.

MARTELO No mês passado, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) declarou a responsabilidade do Brasil pelo desaparecimento de 11 jovens e pelas falhas nas investigações iniciadas após o caso. O tribunal internacional determinou medidas de reparação, incluindo indenizações.

FATIA O valor será pago pelo Estado às vítimas e aos familiares de desaparecidos, às organizações que levaram o caso à corte internacional e ao Fundo de Assistência Jurídica às Vítimas da CIDH.

TEXTO O recém-eleito vereador de Belo Horizonte Pedro Rousseff (PT), sobrinho-neto da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), apresentou um projeto de lei que quer instituir nas escolas municipais da cidade o "ensino anti-fake news".

VEJA BEM A proposta permite que a prefeitura desenvolva ações pedagógicas para que os estudantes aprendam a identificar "elementos característicos de fake news e técnicas de manipulação de conteúdos" e desenvolver "habilidades de checagem de informações e verificação de fontes".

Continuação: Mônica Bergamo

PONTE AÉREA A advogada Valeska Zanin Martins decidiu transferir neste ano a sede de seu escritório, o Zanin Martins Advogados, de São Paulo para uma casa no Lago Sul, em Brasília.

NO REPEAT "Vermelho" é a música de autoria de Gloria Groove mais tocada nos últimos cinco anos em rádios, shows, casas de festa e eventos como o Carnaval e festas juninas. A informação é do Ecad, instituição privada que recolhe e distribui os **direitos** autorais aos artistas.

NO REPEAT 2 O escritório realizou um levantamento da carreira da drag queen em celebração aos seus 30 anos, comemorados no sábado (18). Os dados não incluem os números das plataformas digitais, como Spotify.

memória A vida da partideira e sambista Jovelina Pé-

rola Negra será representada em um musical. O espetáculo já tem estreia marcada: 19 de setembro, no Teatro Municipal Carlos Gomes, no Rio de Janeiro.

PALCO Quem assina a direção é Luiz Antonio Pilar. Ele ganhou o prêmio Shell de melhor diretor por seu trabalho no musical "Leci Brandão - Na Palma da Mão", sobre a cantora. O jornalista Leonardo Bruno, que assinou o texto na montagem sobre Leci, repete a dobradinha com Pilar no espetáculo em homenagem a Jovelina.

com Ivan Finotti (interino), Karina Matias, Laura Intrieri e Manoella Smith

Advogado diz que não vai mais representar Meta: 'Machismo tóxico e loucura neo-nazista'



Mark Lemley, que representava a empresa de Zuckerberg em um caso envolvendo **direitos** autorais sobre IA, também declarou que vai desativar conta no Threads e que não comprará nada proveniente de anúncios no Instagram ou Facebook.

Mark Lemley, advogado que representa a Meta em caso envolvendo **direitos** autorais sobre IA generativa, disse que não vai mais representar a companhia após quinada de Mark Zuckerberg em direção ao "machismo tóxico e loucura neo-nazista". A Meta é dona do Instagram, Facebook, WhatsApp e Threads.

"Demiti a Meta como cliente. Embora eu ache que eles estão do lado certo na disputa de **direitos** autorais sobre IA generativa, na qual os representei, e espero que vençam, não posso, de boa consciência, continuar a ser o advogado deles", disse Lemley em seu perfil na rede social que rivaliza com o X, de Elon Musk, Bluesky, na segunda-feira ().

Lemley, que também é professor de direito na Universidade de Stanford, uma das mais prestigiadas dos EUA, também disse que vai desativar a sua conta no Threads e recomendou o Bluesky como uma rede social alternativa ao X, de Elon Musk.

Ele declarou também que não irá mais comprar nada vindo de anúncios do Facebook ou Instagram, "para

garantir que o Facebook não receba crédito pela compra".

As declarações do jurista acontecem após o Zuckerberg anunciar na terça-feira () grandes mudanças na sua política de moderação de conteúdo nos EUA.

As alterações incluem o encerramento do programa de verificação de checagem de fatos e a adoção de notas de comunidade, modelo semelhante ao do X, em que comentários sobre a precisão do conteúdo das postagens são deixados a cargo dos próprios usuários.

Mudanças foram alvo de críticas de especialistas que temem um aumento significativo da circulação de desinformação e discurso de ódio nas redes sociais da empresa.

Além disso, o CEO da Meta disse que sente falta de "energia masculina" em uma sociedade que ficou "neutra", em um podcast que foi ao ar na última sexta-feira ().

Veja a declaração completa de Mark Lemley:

Eu tenho lutado com a forma de responder à descida de Mark Zuckerberg e do Facebook para o machismo tóxico e a loucura neo-nazista. Embora tenha pensado em abandonar o Facebook, encontro grande valor nas conexões e amigos que tenho aqui, e não parece justo que eu deva perder isso.

Após refletir, decidi continuar no Facebook. Mas estou fazendo as seguintes três coisas:

Desativei minha conta no Threads. O Bluesky é uma alternativa excelente ao Twitter, e a última coisa que preciso é apoiar um site parecido com o Twitter administrado por um aspirante a Musk.

Continuação: Advogado diz que não vai mais representar Meta: 'Machismo tóxico e loucura neo-nazista'

Não comprarei mais nada dos anúncios que vejo no Facebook ou Instagram. O algoritmo deles já tem meu número, e eu regularmente comprei coisas que me mostram. Mas, no futuro, irei diretamente ao site para garantir que o Facebook não receba crédito pela compra.

Demiti a Meta como cliente. Embora eu ache que eles estão do lado certo na disputa de **direitos** autorais sobre IA generativa, na qual os representei, e espero

que vençam, não posso, de boa consciência, continuar a ser o advogado deles.

Veja mais:

Quais xingamentos e ataques podem deixar de ser barrados no Facebook e no Instagram

abpi.empauta.com

O acordo Mercosul e União Europeia e a propriedade intelectual

OPINIÃO



A cúpula semestral de presidentes dos países do Mercosul, na qual foi discutido o acordo com a UE, 06/12/2024. (Foto: Sofia Torres/EFE)

Como amplamente noticiado, o Mercosul e a União Europeia lograram anunciar o fechamento do tão esperado acordo comercial, que tem por objetivo reduzir ou zerar as tarifas de importação e exportação de produtos de forma progressiva. Se for confirmado pelo bloco europeu, irá criar a maior zona de livre comércio no mundo, com cerca de 700 milhões de consumidores e um PIB conjunto de aproximadamente US\$ 21,3 trilhões. Juntos, os dois blocos representam 25% do PIB mundial. São números impressionantes.

Com esse acordo, há previsão de que mais de 90% das exportações do Mercosul para a Europa tenham as tarifas de importação zeradas nos próximos dez anos. O restante terá acesso preferencial por meio de cotas exclusivas. A expectativa é que haja um crescimento das exportações para a UE para quase 100 bilhões de dólares até 2035. Os principais produtos que serão beneficiados serão os agrícolas tais como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais, açúcar, etanol, arroz, ovos, mel e carnes. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o acordo deve aumentar a competitividade para al-

guns setores da indústria, como têxtil, químico, madeireiro, aeronáutico e de autopeças.

As **indicações** geográficas de produtos agrícolas brasileiros, como as de cachaça, queijos, café e vinho, cujo reconhecimento pelo **INPI** vem aumentando significativamente nos últimos dois anos, serão igualmente reconhecidas e protegidas no território europeu

Esse é o acordo comercial mais amplo e de maior complexidade já negociado, fazendo parte do pacto, marcos regulatórios, tarifas alfandegárias, regras sanitárias, propriedade intelectual e compras públicas onde empresas brasileiras poderão, por exemplo, participar de licitações no bloco europeu, facilitando o acesso de produtos do Mercosul na União Europeia, principalmente os agrícolas.

No que se refere à **propriedade** intelectual, devemos destacar os compromissos obtidos com o acordo do Mercosul em relação à proteção das **indicações** geográficas dos produtos brasileiros que irão ingressar na Europa. As **indicações** geográficas de produtos agrícolas brasileiros, como as de cachaça, queijos, café e vinho, cujo reconhecimento pelo **INPI** vem aumentando significativamente nos últimos dois anos, serão igualmente reconhecidas e protegidas no território europeu. Merecendo igual destaque os compromissos firmados nas áreas de patentes, marcas, desenhos industriais e **direitos** autorais.

Tais compromissos ensejarão um virtuoso incremento no sistema de proteção da **propriedade** intelectual, pois com a esperada cooperação internacional e **transferência** de tecnologia entre os membros do bloco e um sistema adequado de proteção desses ativos, teremos um ambiente propício à atração de investimentos no país.

Continuação: O acordo Mercosul e União Europeia e a propriedade intelectual

Nesse contexto, deve-se mencionar a importância do registro de ativos de propriedade industrial que circularão nesse imenso território. Existem sistemas de registros internacionais que facilitam a proteção e garantem que os ativos de PI de empresas brasileiras sejam protegidos nos mercados internacionais. No que tange às marcas, existe o Protocolo de Madrid, administrado pela OMPI - Organização Mundial da **Propriedade** Intelectual, que facilita o registro em todos os mais de 100 países membros e a Marca Europeia, que consiste em um sistema único de registro de marcas que abrange todos os países do Bloco Europeu.

Quanto a este importante ativo, ou seja, a marca de um produto ou serviço, cumpre destacar que, de nada adianta efetuar investimentos, dispendar esforços e projetá-la lá fora se, eventualmente, uma empresa for surpreendida pelo fato de um terceiro, agindo de

má-fé, ter depositado ou obtido o registro para uma marca idêntica ou semelhante à de sua titularidade no país onde se pretende iniciar operações, impedindo, conseqüentemente, a legítima titular da marca de comercializar seus produtos naquele mercado.

Ao assegurar a devida proteção aos direitos, sejam eles patentes, marcas, desenhos industriais ou qualquer outra criação passível de proteção no âmbito da **propriedade** intelectual ou industrial, o seu titular alcança a necessária segurança para as exportações a um custo relativamente baixo, evitando potenciais desgastes e protegendo os seus ativos mais importantes. Assim, diante do ambiente propício às exportações que se vislumbra para os produtores brasileiros, é recomendado que diligenciem a proteção dos seus direitos, a fim de que não sejam surpreendidos no futuro.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual

4, 7, 11, 21

Denominação de Origem

4, 21

Marco regulatório | INPI

4, 7, 9, 11, 21

Pirataria

5, 7

ABPI

7

Direitos Autorais

7, 13, 15, 18, 21

Propriedade Industrial

7, 11

Entidades

7

Arbitragem e Mediação

7

Patentes

20

Inovação

21